

China e América Latina: Encontro de interesses:

As relações econômicas da China com o resto do mundo são consideradas as mais ativas. Com inversão e diplomacia conseguiram expandir-se a mercados cada vez mais diversos, entre os quais se inclui uma interação sustentada com a América Latina, a qual tem sido objeto de estudo por muitíssimos especialistas nos últimos tempos e cada vez são mais numerosos os centros de investigação especializados no tema, dada a importância que o mesmo reveste no cenário internacional. Muitos Estados tem visto no crescimento chinês uma oportunidade para obter benefícios através das relações com o gigante asiático, enquanto este aposta acima de tudo em seu crescimento sustentado em cada negociação. Em vista disso, na seguinte análise trataremos de fazer uma apuração, primeiramente deste aspecto, para logo determinar qual das duas partes obtém os melhores ganhos ou, pelo menos, o que uns esperam dos outros e se ditas expectativas poderão ser alcançadas.

Embora em geral as relações em toda a região tenham sido crescentes e de forma sustentada no tempo, em especial neste século, ao realizar uma análise das mesmas é necessário deter-se em alguns países com os quais as interações têm sido mais intensas, como é o caso do Brasil, Peru, Colômbia, Chile, Argentina, Cuba e Venezuela.

O Brasil é considerado o líder da América do Sul e um eixo fundamental do MERCOSUL e da Unasul, razões pelas quais se converteu num cenário ideal para a colocação de produtos de origem asiática, dos quais a China ocupa a posição do segundo sócio comercial em matéria de importações, atrás dos Estados Unidos¹, com 12,61%, e de primeiro sócio em exportação dos produtos brasileiros, com 12,49%, de maneira que, como afirma Posada Cano, o Brasil serve à China como motor para sua inserção econômica e política na América Latina². Pese a esta realidade, o Brasil não deixou de comportar-se como um aliado estratégico dos EUA para garantir o controle da região, sem imiscuir-se diretamente como potência hemisférica e gerando expectativas e incerteza a nível discursivo, entendendo que os EUA e o Brasil têm certos níveis de tensão em alguns âmbitos. O Brasil conduz sua política exterior de forma pragmática, jogando com os interesses de dois membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas – EUA e China – em seu interesse crescente em reformar a ONU para conseguir um lugar permanente neste Conselho.

No caso dos Estados andinos a relação é, por diversas razões, um pouco distinta. Em primeiro lugar encontramos o Peru, que é um Estado com algumas profundas relações com seus

¹ Factbook da CIA disponível em: [HTTPS://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html)

² POSADA CANO, Enrique. (2011): Pesos y contrapesos del ascenso de China. Documento en línea, disponible en: [http://www.politica-china.org/imxd/noticias/djoc/1300822773 CHINA_ALCANZA-EL-RANGO_DE_POTENCIA.pdf](http://www.politica-china.org/imxd/noticias/djoc/1300822773_CHINA_ALCANZA-EL-RANGO_DE_POTENCIA.pdf)

homólogos do continente asiático. A porcentagem de exportação e importação se mantém equilibrada em 15% para ambos os setores; sem embargo, o equilíbrio percentual não significa que o mesmo exista no setor financeiro. Exatamente o mesmo ocorre com os EUA, que são os primeiros sócios do Peru em exportação e importação, produto do Tratado de Livre Comércio firmado entre ambas as nações, fortalecendo as transações econômicas no interior da América.

A Colômbia é o principal aliado político, militar e econômico dos EUA. Sem embargo, a competição e diversificação dos mercados têm levado a maior abertura, deixando um espaço onde a China entra automaticamente, convertendo-se no terceiro destino dos produtos colombianos, depois dos EUA e da União Européia, com 5,2%, e no segundo sócio em matéria de importações, com 13,4 % do valor. Estas relações com a China dependerão muito, num futuro próximo, da possível ratificação, por parte do Congresso dos Estados Unidos, do Tratado de Livre Comércio com a Colômbia. Sem embargo, a China está disposta a competir em comunicação e transporte, com o fim de baratear os seus produtos através da construção de um novo canal do Panamá, que não estaria na América Central, e sim na Colômbia. Este plano tem como base e razão o uso do transporte de produtos de distintas partes da América do Sul com destino à Colômbia e que do país neo-granadino parta até a China pela rota do Oceano Pacífico. Tal e como o informa a BBC, o projeto requer uma inversão de 7 mil e 600 milhões de dólares e já existem acordos prévios para sua execução, faltando somente a decisão dos chefes de Estado para aprovar o projeto.

O Chile exporta 16,46% de seus produtos à China, localizando-se o país asiático como o primeiro destino dos produtos chilenos e sendo estes os terceiros sócios em importação, com 12,76%, atrás dos EUA, em especial por ter este país um commodity fundamental para os interesses chineses, como o é o cobre.

Caso parecido se observa na Argentina, onde a China é o quarto sócio comercial em importações depois do Brasil, dos EUA e do Chile, com 10,26%, e o segundo sócio em exportações, com 9,26%. Existe um convênio de facilidades recíprocas entre a China e a Argentina, que permite ao país sul-americano comprar produtos chineses com uma linha de crédito aberta de 70 mil milhões de yuanes (US\$10 mil milhões), embora Gustavo Girado, diretor do Centro de Estudos Ásia e Argentina, com sede em Buenos Aires, advirta que esta linha de contingência ainda não tem sido usada.

A Venezuela mantém suas relações em torno de um eixo primordial, que é o fator energético. A China tem uma influência marcada, sobretudo em sua estatal petrolífera CNPch, tanto em Maracaíbo como, agora, na Faixa Petrolífera do Orenoco (a de maiores reservas a nível mundial deste mineral não renovável, mas também de pesado, extra-pesado e betume). Os acordos centram-se no fator energético e daqui despontam para outras arestas como a indústria e a infra-estrutura

ferroviária, as habitações e as telecomunicações. O que ambos os Estados conveniaram é o pagamento de créditos através de fundos binacionais. Um, o denominado Fondo Pesado Chino, e outro conhecido como o Financiamento a Longo Prazo. Estes são pontos nodais para levar à prática tais acordos na multiplicidade de áreas que se tocam, onde a Venezuela cancelará ditos créditos à China mediante o envio de cru por lapsos determinados de tempo que de maneira pública não estão de todo dados. Tampouco há precisão sobre os interesses de pagamento por estes empréstimos ou antecipações de crédito para a realização de tais arranjos em suas distintas matérias.

As relações entre Cuba e China se intensificaram de igual maneira como com os demais países da região. De 1999 até 2006 as exportações de Cuba à China passaram de 432,2 milhões de pesos a 1.569 milhões (dados oficiais do Anuario Estadístico de Cuba, 2007, e recolhidos em Díaz Vázquez³), enquanto para este mesmo período as importações cubanas provenientes da China passaram de 382,5 em 1999 a 1.323,7 milhões de pesos em 2006. No primeiro caso se observa um aumento nas exportações de 275% e, no segundo, se observa uma elevação das importações superior aos 300%. Para a Ilha, a China representa seu segundo provedor internacional e, igualmente como no caso venezuelano, existem planos com financiamento em que a China outorga créditos por prazos pré-estabelecidos. Isto em matéria de telecomunicações (por exemplo, televisores e celulares), desenvolvimento de programas econômicos e sociais através de empresas conjuntas entre ambos os Estados, cooperação científico-técnica, projetos em matéria agro-produtiva e em matéria cultura e turística primordialmente.

Novos mercados:

Desta maneira, a abertura dos novos mercados e o surgimento de Estados influentes nas distintas regiões são os fatores que se consideram como relevantes na hora de analisar o comportamento econômico da China. Esta, nos últimos trinta anos, tem sido protagonista de um processo de expansão comercial impressionante, logo após a reforma econômica para a abertura, mediante um modelo de livre mercado para fora e do socialismo para dentro.

Os principais sócios comerciais da China são os países vizinhos da Ásia e do Pacífico, especialmente o Japão e os países da Associação de Nações da Ásia Sul-Oriental (Asean). Este grupo de países provê para a China 56% de suas importações e é o destino de 45% de suas exportações totais⁴. Com relação aos sócios comerciais fora do continente asiático, um dos mais atrativos são os Estados Unidos, já que, como potência econômica mundial são o principal competidor para chegar a dominar o mercado global. Neste sentido, um dos aspectos fundamentais

³DÍAZ VÁZQUEZ, Julio. (2008). Apuntes sobre las relaciones China-Cuba. Documento en línea, disponible en: http://www.politica-china.org/imxd/noticias/djoc/1223549311Apuntes_sobre-las_relaciones_China-Cuba.pdf

⁴Página oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI): <http://www.imf.org/external/spanish/index.htm>

da relação da China com os EUA são as relações que se estabeleçam com os Estados da América Latina, devido à importância estratégica que têm os mesmos para a América do Norte, até o ponto que historicamente se conhece como o pátio traseiro dos EUA. Partindo desta idéia, se pode considerar que a inserção da China no mercado latino-americano representa, por uma parte, um desafio para os Estados Unidos e, por outra, uma forma de consolidar seu reconhecimento internacional, além do isolamento de Taiwan como parte de seu interesse nacional.

O estudo das relações chino-latino-americanas não pode, em nenhum momento, deixar de fora os EUA, dada a importância mundial que têm, acima de tudo na região, pelo que a análise centrar-se-á no triângulo: China – América Latina – EUA.

O cenário internacional, depois da queda da URSS, se caracterizou pela unipolaridade protagonizada pelos EUA, ao ser a principal potência econômica do mundo, porém o crescimento chinês dos últimos anos – junto ao da União Européia – procura acaba com essa liderança e aposta na mudança para um mundo multipolar, onde a China se profile como outra potência mundial. Para diminuir a importância dos Estados Unidos é indispensável que a América Latina seja uma região aliada à China, provendo-a de recursos naturais (matérias-primas) e que se fomente maior cooperação Sul-Sul, entendida esta como a cooperação entre países do Terceiro Mundo. Ademais, o fortalecimento das relações entre ambos os pólos, durante os últimos anos, permite ver que estes se encontram na mesma sintonia da multipolaridade.

O espetacular crescimento chinês dos últimos anos e sua demanda (e conseqüente busca) crescente de matérias-primas e bens intermédios, bem como a constante prospecção por novos mercados onde colocar seus excedentes manufaturados, são um dos principais motivos que explicam o interesse da China pela América Latina⁵, dado que, de modo igual que a África, esta região conta com grandes reservas energéticas e matérias-primas que podem satisfazer grande parte das necessidades chinesas. Inclusive, em 2008, o Governo chinês deu a conhecer o que se chamou de Livro branco com respeito à América Latina e ao Caribe, que contém parte da política da China para a região e revela o interesse do gigante asiático na mesma. Ademais, todo este crescimento chinês se desenrola em meio da expansão de governos de esquerda na América Latina, os quais se caracterizam por estarem contra as políticas dos EUA e desejarem buscar sócios econômicos com os quais substituir grande parte das relações que mantêm com a América do Norte, para diminuir a dependência histórica que se mantém com a mesma.

⁵MALAMUD, Carlos (2009): "China y América Latina: ¿qué esperan los unos de los otros?" En: anuario de Asia y El Pacífico. Documento en línea, disponible en: <http://www.anuarioasiapacifico.es/anuario21009/esp/index.php?p=rel2>

Yuan, moeda internacional:

Uma forma de superar os Estados Unidos seria logrando posicionar o Yuan como moeda internacional, pensando que futuramente possa superar o dólar ou ao menos diminuir a porcentagem de reservas internacionais que se tem nessa moeda. Segundo declarações de Alicia Garcia Guerrero, economista-chefe do Banco espanhol BBVA para países emergentes, com base em Hong Kong, já há empresas latino-americanas grandes e pequenas que realizam suas operações em yuanes, sobretudo provenientes do Brasil, da Argentina, do Peru e do Chile. Destaca, ademais, que agora as companhias destes países podem inverter seus recursos em bônus do Estado chinês, já que há maior incentivo para os clientes latino-americanos. Com tudo isso, o que se busca é que os países latinos se animem a inverter numa moeda que, com o passar do tempo, irá adquirindo apreço. Sem embargo, o país asiático é tão perspicaz que aplica todos estes planos de forma controlada, cuidando em não flexibilizá-la abertamente para evitar que seu valor se incremente de forma desmesurada, porque prefere mantê-lo pouco visível para cotizar por debaixo de seu valor de mercado e conceder uma vantagem injusta a suas exportações. Como diz o correspondente da BBC em Xangai, Chris Hogg, a pergunta que muitos se fazem é quanto permitirá a China que sua moeda se valorize nos próximos meses?

A China aproveita esta situação para incursionar nos mercados latino-americanos como a grande opção para ser o principal sócio comercial de muitos destes países, prometendo novas inversões, créditos vantajosos, aportes tecnológicos e grandes obras de infra-estrutura. Dado o poder de inversão que tem a China, ela pode conseguir aumentar a capacidade aquisitiva das populações de alguns destes países, sendo um sócio atrativo para qualquer um deles, só que em troca de grandes compromissos relacionados com as reservas energéticas e matérias-primas que possuem estes países e que podem terminar comprometendo seu desenvolvimento futuro, como no caso da Venezuela com o petróleo.

Um aspecto importante que não se pode deixar de mencionar é que parte da estratégia da China tem sido formar parte de organizações internacionais que lhe permitam ter maior participação no comércio mundial. Isso começou quando no ano de 2001 passou a formar parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), conseguindo que o comércio com a América Latina se multiplicasse por dez em menos de dez anos mediante o incremento e mais de 600% de suas importações de produtos latino-americanos e mediante a inversão de uns mil milhões de dólares anuais na América Latina. Converteu-se igualmente em membro observador da Organização de Estados Americanos (OEA) e, mais recentemente, também em membro observador do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), depois de quinze anos de negociações e apesar da

oposição exercida pelos EUA a dito ingresso. A partir desta instância espera financiar grandes obras na América Latina e no Caribe, como país doador do Banco.

Nova fase de vínculo comercial:

O crescimento das relações entre a China e a América Latina se evidencia ao conhecer que em 1995 a China era o décimo segundo sócio da América Latina, com um volume comercial que apenas superava os 5 mil e 600 milhões de euros e, para 2007, já ocupava a segunda posição, multiplicando por treze aquele volume de intercâmbio e superando os 70 mil milhões de euros, que eram o objetivo fixado em 2004 para ser alcançado em 2010⁶.

Em princípios de 2011 a Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da ONU publicou um informe intitulado: China e América Latina: para uma nova fase do vínculo económico e comercial, no qual revelou as seguintes cifras:

- O volume do comércio entre a América Latina e a China se incrementou 1.119,13 por cento entre os anos 2000 e 2010; passou de 15 mil milhões de dólares a 182 mil e 900 milhões de dólares. Isto levou a que a China se converta no sócio mais dinâmico da região.
- Os Estados Unidos e a União Europeia continuam sendo o primeiro e segundo sócio comercial, respectivamente, da região latino-americana, mas a China poderia deslocar o bloco europeu à terceira posição em 2014, como destino das exportações da região, se seguirem as tendências previstas sobre o crescimento.
- As estimações da CEPAL indicam que, para o ano 2020, os Estados Unidos seguirão sendo o principal sócio comercial da região, porém a porcentagem de exportações latino-americanas aos Estados Unidos cairá até situar-se em 28,4 por cento, frente aos 60 por cento em 2000 e 38 por cento em 2010, enquanto a China se situará como o segundo sócio comercial, sendo o destino da quinta parte das exportações latino-americanas, representadas em 19,3 por cento do total, deslocando a União Europeia que fica em terceiro lugar com somente 13,6 por cento das exportações.

Mercado

perfeito.

Com todo este aumento no comércio bilateral, observa-se também que existe um déficit na balança comercial prejudicial para a região, porque em 2010 as exportações da América Latina para a China se elevaram a 71 mil milhões de dólares (frente a 22 mil e 600 milhões em 2006, enquanto as importações latino-americanas desde a China ascenderam a um total de 111 mil e 100 milhões de dólares (frente a 49 mil e 100 milhões em 2006, gerando um déficit de 39 mil e 300 milhões, favorável à China. De maneira que a China conta com um mercado perfeito para vender seus

⁶ RÍOS, Xulio (2009): „China, a la conquista de América Latina“. En: Le Monde Diplomatique edição em espanhol, documento em linha, dispo nível em: <http://www.medelu.org/spip.php?article360>

produtos, enquanto só obtém da América Latina as matérias-primas de que necessita para seu desenvolvimento industrial. Segundo cifras da CEPAL, 90 por cento das importações da China à América Latina correspondem a matérias-primas. O anterior só reflete nossa perspectiva; por suposto, existem outras como a de Diaz Vázquez⁷, que opina que estas relações se inserem num tipo de associação estratégica com uma “diplomacia branda que rende dividendos não só à abertura externa, senão que, com força, projeta uma benéfica influência”.

O informe anterior faz parte de um debate internacional no marco do qual o BID América reuniu um grupo de especialistas de alto nível para analisar as implicações estratégicas que terá o crescimento exponencial da economia chinesa para o resto do mundo e, especialmente, para os países da América Latina. O resultado de dita análise é que a estratégia comercial da China é a de manter boas relações com todos, não lhe interessando enfrentar os EUA como inimigo numa guerra comercial, pelas sensibilidades que geram nos chineses as ações do Japão e de Taiwan. Estes especialistas consideram que sua ambição geopolítica vai expressar-se mais fortemente na Ásia e que teria uma presença crescente na América Latina, de maneira que pode gerar benefícios para a região enquanto implica uma ampliação do comércio mundial e uma diversificação das economias. No entanto, a grande vantagem que, segundo eles, devemos resgatar é que a experiência chinesa vai estimular uma reflexão na América Latina sobre as vantagens de ter objetivos políticos de longo prazo.

Repetimos a interrogação que projetamos em nosso cabeçalho acerca desta influência benéfica, e, se é assim, quanto ganham nestas relações sobre o interesse nacional de cada uma das partes? E, quem ganha mais na relação? Perguntas que ainda ficam por ser resolvidas. Nós somente chamamos a uma reflexão séria e prudencial em torno ao que, política e discursivamente, tem sido denunciado quanto a deixar de ser esse pátio traseiro dos EUA e não ser mais dependentes dos mesmos. A questão seria se vamos agora passar a ser dependentes da China, com a noção de que sua influência não é prejudicial, senão boa ou positiva. Se o que queremos é não ser vistos como pátio traseiro, consideramos que o apoio ao crescimento da China só nos leva a mudar o dono da casa, porém continuamos sendo tratados como um pátio, enquanto ajudamos a China a converter-se no novo império econômico mundial. E é o que parece ser o seu objetivo, já que, segundo o Banco Mundial e outras entidades, a economia chinesa veio crescendo uns 10% ao ano durante as últimas três décadas. Os resultados tem sido que em 2005 a China ultrapassou a França e a Grã Bretanha, para ocupar a quarta posição das economias do mundo, sendo que, em 2007, arrebatou a posição número três à Alemanha e em 2010 ultrapassou o Japão, para passar a ocupar a segunda posição.

7 DÍASVÁZQUEZ, Julio. (2010). China-América Latina:: ?Relaciones de mutuo beneficio? Documento en línea, disponible en: http://www.pjolitica-cinha_org/imxd/noticias/doc/1290546256Cj9om-Am_Latina_Diaz-Vazquez.pdf

Continuando com esse ritmo de crescimento estima-se que até 2025 a China supere os EUA, logrando ser a maior economia do mundo e dessa forma o novo império econômico.

Nossa principal conclusão deve ser recordar que todos os extremos são maus e, em determinadas ocasiões, por apreciações ideológicas o interesse nacional dos Estados fica para trás ante o recurso do Estado amigo, quando é bem sabido que na política internacional não existe tal amizade num sistema caracterizado pela anarquia, senão simplesmente interesses, no sentido mais realista e pragmático.